

VARIAÇÃO LEXICAL E ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM MOÇAMBIQUE

LEXICAL VARIATION AND PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING IN MOZAMBIQUE

Rajabo Alfredo Mugabo Abdula  0000-0002-2492-7383

Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
rajaboalfredo@gmail.com

 <http://dx.doi.org/10.35572/rle.v21i2.2178>

Recebido em 31 de maio de 2021

Aceito em 17 de agosto de 2021

Resumo: O ensino nas escolas moçambicanas é feito em língua portuguesa, porém, a língua portuguesa é ensinada de acordo com a norma-padrão do português europeu. Muitos moçambicanos não têm o português como língua materna e o português falado fora da escola é o português moçambicano que tem diferenças assinaláveis em relação ao português europeu. O português de Moçambique recebe muito léxico das línguas **bantu** nacionais e que ensinar língua portuguesa em Moçambique significa levar em conta essa particularidade sociolinguística que a escola não observa. O objetivo deste trabalho é analisar a variação lexical e o ensino do léxico nas escolas moçambicanas, olhando pela forma como a escola deve tratar as variedades linguísticas faladas pelos alunos em função de a escola ensinar a norma-padrão europeia que não é a variedade falada pela maioria da população moçambicana falante de português. Para tal, usamos obras que falam sobre o português de Moçambique e do conhecimento da situação linguística de Moçambique enquanto pesquisador. Em termos de resultados, verifica-se que existe necessidade de a escola acolher as outras variedades do português que não sejam a norma-padrão, incorporar o léxico oriundo dessas variedades e das outras línguas nacionais no processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-Chave: Moçambique. Variação Lexical. Ensino. Língua portuguesa.

Abstract: Teaching in Mozambican schools is done in Portuguese, however, the Portuguese language is taught according to the standard norm of European Portuguese. Many Mozambicans do not have Portuguese as their mother tongue and Portuguese spoken outside of school is Mozambican Portuguese, which has marked differences from European Portuguese. Mozambican Portuguese receives a lot of lexicon from the national Bantu languages and that teaching Portuguese in Mozambique means taking into account this sociolinguistic particularity that the school does not observe. The objective of this work is to analyze the lexical variation and the teaching of the lexicon in Mozambican schools, looking at how the school should treat the linguistic varieties spoken by the students because the school teaches the European standard norm that is not the variety spoken by majority of the Portuguese-speaking Mozambican population. To this end, we use works that speak about Mozambican Portuguese and knowledge of the linguistic situation of Mozambique as a researcher. In terms of results, it appears that there is a need for the school to accommodate other varieties of Portuguese that are not the standard norm, to incorporate the lexicon derived from these varieties and other national languages in the teaching-learning process.

Key words: Mozambique. Lexical variation. Teaching. Portuguese language.



1. Introdução

Moçambique é um país multilíngue onde existem cerca de vinte línguas do grupo linguístico **bantu** e outras línguas de origem asiática e europeia. Apesar de o país ter várias línguas, o português sempre teve uma posição de destaque por ser a única língua oficial do país antes e depois da independência, e ser a língua usada como meio de ensino nas escolas moçambicanas. Embora haja essa multiplicidade de línguas e o português estar em contato com as outras línguas moçambicanas fazendo com que o português falado em Moçambique sofra influência dessas línguas, o português ensinado nas escolas é o português da norma-padrão europeia. A escola pede aos alunos que sejam fluentes nessa norma sem levar em conta o contexto sociolinguístico em que a escola está inserida e a noção de que a língua varia no tempo e no espaço.

A variação do português moçambicano em relação ao português europeu se realiza a vários níveis e um dos níveis notório é o léxico. O léxico do português moçambicano é bastante influenciado pelas línguas moçambicanas o que não acontece com a variedade europeia. Neste trabalho analisamos a variação lexical e o ensino do léxico nas escolas moçambicanas, olhando pela forma como a escola deve tratar as variedades linguísticas faladas pelos alunos em função de a escola ensinar a norma-padrão europeia que não é a variedade falada pela maioria da população moçambicana falante de português. Apresentamos propostas de como as escolas moçambicanas devem ensinar o léxico tendo em conta a realidade linguística do país. Em termos de abordagem metodológica, o trabalho foi feito com base em estudos realizados sobre as variedades do português moçambicano e europeu destacando as diferenças existentes entre elas, ensino da língua portuguesa nas escolas moçambicanas, sobretudo no ensino básico, para além de conhecimento da realidade linguística e ensino em Moçambique enquanto pesquisador de português e das línguas moçambicanas. O trabalho está dividido em três partes, primeiro falaremos sobre a língua portuguesa em Moçambique, em seguida falaremos da criação lexical e, por último, norma, variação e ensino.

2. A língua portuguesa Moçambique

Moçambique teve o contato com a língua portuguesa no século XV quando os primeiros portugueses chegaram ao território que hoje se chama Moçambique. Durante todo o período de colonização portuguesa em Moçambique, o português foi a única língua usada pela administração portuguesa e única língua usada como meio de ensino. Com a independência de Moçambique proclamada em 1975, o português foi adotado como língua e passou a ser a única língua de ensino nas escolas moçambicanas. O número de falantes de português no ano em que Moçambique se tornou independente era muito menor quando comparado ao número de falantes hoje existentes. Os dados dos primeiros anos de independência nacional mostram que a língua portuguesa era falada por menos de vinte e cinco por cento da população, e menos de dois por cento tinha como língua materna, como destaca Lopes (2001, p. 4).



De acordo com os dados do censo de 1980, a língua portuguesa é falada por apenas 24,4% da população, dos quais apenas 1,4% a tem como língua materna, enquanto os restantes 23,2% a têm como segunda língua, adquirida no processo de escolarização por meio do modelo escrito. A maioria dos moçambicanos (75,6%) fala apenas línguas autóctones – ou outras cuja expressão é insignificante.

Hoje o número de falantes de língua portuguesa cresceu bastante, mas da metade da população consegue se comunicar em português e ela é língua materna de cerca de 16,6% da população com menos de cinco anos de idade. Esses dados mostram que tem havido aumento de número de falantes principalmente das zonas urbanas, porém, o português não é língua materna de uma boa parte de moçambicanos.

O contexto sociolinguístico e geográfico em que Moçambique se encontra permite que, através das dinâmicas e heterogeneidade que caracterizam todas as línguas, emprestar e criar novas palavras que não vão ocorrer em outros contextos onde a língua portuguesa é falada. As línguas **bantu** moçambicanas têm contribuído bastante para esse processo, como iremos ver a seguir no processo de criação lexical.

3. Criação lexical

As palavras são elementos importantes de uma língua e todas as línguas possuem uma extensa quantidade de palavras que vão formar o léxico da língua. Pontes (2009, p.18), afirma que “o léxico de uma língua se define como um conjunto de palavras, vistas em suas propriedades, tais como: as categorias sintáticas, as categorias morfossintáticas, aspectos gramaticais diversos, informações etimológicas”. Por sua vez Sorba e Isquierdo, 2006, s/p) consideram que “o léxico de uma língua é constituído por um conjunto de vocábulos que representam o patrimônio sociocultural de uma comunidade” Para Antunes (2012, p. 27) “o léxico de uma língua, numa definição mais geral, pode ser visto como um amplo repertório de palavras de uma língua ou conjunto de itens à disposição dos falantes para atender às suas necessidades de comunicação”. Nesse sentido, o léxico de uma língua estará relacionado ao conjunto de palavras ou vocábulos existentes numa determinada língua “que representa a herança sócio-cultural de uma comunidade” (OLIVEIRA, 2001, p. 109).

Como vimos anteriormente, o léxico faz parte do patrimônio linguístico e da herança de um povo, pois, através dele o falante mante mante ligação com a sua história, sua cultura e hábitos da comunidade que ele pertence. De acordo com Sá (2011, p. 245), “como o tesouro vocabular de uma língua, ele perpetua a herança cultural de uma sociedade por meio dos signos verbais, sintetizando aspectos da vida, dos valores e das crenças de uma comunidade social”, ao mesmo tempo que o uso do léxico permite ao falante “expressar suas ideias, as de sua geração, as da comunidade a que pertence, enfim usa a língua como retrato de seu tempo, atuando, inclusive, como agente modificador e imprimindo marcas geradas pelas novas situações com que se depara” (SÁ, 2011, p. 245).



Os falantes da língua são os responsáveis pela criação das palavras que entram para o léxico da língua. Este é um fenômeno natural, visto que, com o andar do tempo novas palavras vão surgindo enquanto outras caem em desuso. Quando surge algo novo na língua, os falantes criam palavra para nomear o que antes não era conhecido. O processo de criação de novas palavras chama-se neologia e as novas unidades lexicais chama-me neologismos.

Devido ao seu contexto multilíngue e geográfico, ocorrem em Moçambique neologismos do tipo fonológico, sintático, semântico e ainda os empréstimos lexicais (ABDULA, 2017).

Para o primeiro caso, neologismo fonológico, temos exemplos dos verbos **loguelar** e **soqueler** que significam negociar e contribuir respectivamente, ambos verbos da língua **Echuwabo**, língua falada na província da Zambézia em Moçambique, e que, segundo Abdula (2017), foram adaptados ao português e passaram a receber o acento tônico do português, uma vez que o acento tônico do português encontra-se na última vogal do verbo enquanto que na língua **Echuwabo** o acento tônico encontra-se na antepenúltima vogal. Para o segundo caso de neologismos, neologismo sintático, temos o exemplo da palavra **chapa 100** que significa transporte semicoletivo de passageiros em Moçambique. Para o neologismo semântico temos o exemplo da palavra **matabicho** que em Moçambique significa café da manhã. Quanto aos empréstimos, existem vários empréstimos das línguas **bantu** moçambicanas para o português, tais como, **mucuane** (verdura na língua **echuwabo**), **mukutto** (cerimônia tradicional em algumas línguas da província da Zambézia).

A criação lexical em Moçambique tem estreita relação com a sua localização geográfica, seu contexto multilíngue, suas culturas e tradições, experiências vividas, etc., Portanto,

na formação de uma língua é preciso considerar a influência exercida pelo ambiente através da experiência social. Este contato entre língua e realidade irá determinar a linguagem como reflexo da realidade e, sobretudo, como força geradora da imagem de mundo que o indivíduo possui (OLIVEIRA, 2001, p. 109).

Em sociedades multilíngues como é a moçambicana, as línguas maternas carregam valores simbólicos que não devem ser ignorados ou substituídos por outros que não representem a identidade cultural e sociolinguística dos falantes. A escola muitas vezes tem sido o lugar de choques entre a realidade linguística do aluno e aquilo que a escola pretende ensinar. A gramática normativa ensinada nas escolas moçambicanas tem sido a base para a não aceitação da variedade moçambicana da língua portuguesa como forma de preservação do “português correto”. Essa questão iremos discutir com mais detalhes na próxima seção.

4. Norma, variação e ensino

As escolas ensinam uma norma, a norma-padrão, que não é norma de nenhum grupo social, mas ela tem como base a norma-culta. O português-padrão ensinado na escola está estreitamente ligado à gramática normativa. A norma-padrão ensinada nas escolas de Moçambique é a norma-padrão do português europeu, uma norma que não reflete a realidade sociolinguística de Moçambique. Ela não surge de nenhuma variedade do português de nenhum grupo sociolinguístico moçambicano, ao mesmo tempo que existe uma distância geográfica muito grande entre Moçambique e Europa. A maioria do povo moçambicano tem uma língua **bantu** como língua materna e não o português, embora o número de falantes de português tenda a crescer significativamente principalmente nos centros urbanos. O português falado em Moçambique vai-se construindo dentro dessa realidade.

Todas as línguas estão sujeitas a mudança e variação que são dois processos naturais resultantes das dinâmicas internas das línguas. Nenhuma língua permanece estanque o tempo todo, elas sofrem alterações influenciadas por fatores históricos e culturais que são comuns em todas as línguas naturais. As línguas estão sujeitas a variações porque elas são heterogêneas e não homogêneas. De acordo com Faraco e Zilles (2017, p. 31) “nenhuma língua é homogênea e uniforme; todas as línguas são heterogêneas e multiformes”. Para Bagno (2015, p. 27) “não existe nenhuma língua no mundo que seja ‘una’, uniforme e homogênea. O monolingüismo é uma ficção”.

A língua portuguesa em Moçambique tem suas características particulares resultantes do contexto sociolinguístico e geográfico do país. O português falado em Moçambique é diferente do português falado em Portugal e existem estudos que mostram essas diferenças em vários aspectos, tais como, (GONÇALVES, 1990, 1996, 1998, 2001, 2007, 2012, 2015a, 2015c; GONÇALVES e CHIMBUTANE, 2004; CHIMBUTANE, 1995, 1998; MENDES, 2000, 2008, 2010; DIAS, 1991, 1993, 2002, 2003, 2009; FIRMINO, 2004, 2008; TIMBANE, 2012, 2013, 2017; TIMBANE e BERLINK, 2012; TIMBANE e ABDULA, 2016; ABDULA, 2017), etc. A falta de um instrumento legal que legitime a variedade moçambicana do português neutraliza toda a ação que vise o seu reconhecimento como a variedade que deve ser usada em qualquer instituição dentro do país. O preconceito linguístico é resultado do reconhecimento da variedade-padrão como a única variedade correta, e qualquer outra forma de fala que seja diferente da fala da norma-padrão, é considerada como incorreta, feia e indesejável. Segundo Faraco (2002, p.40), “a norma-padrão seria aquela carregada de preconceitos em relação às demais variedades e que tem como objetivo – como o próprio nome diz – a padronização da língua, considerando tudo o que é diferente a ela como errado”.

O preconceito será da norma-padrão “falada” pelas elites em relação à variedade do português de Moçambique que é o português popular. O pensamento elitista pressupõe que todos devem falar a norma-padrão europeia e a escola deve ser o centro de difusão dessa norma. Esperar que as pessoas falem de acordo com a norma-padrão seria não levar em conta todos os contextos em que a língua circula. Exigir ao falante de português em Moçambique que apenas fale a norma-padrão seria exigir demais a



alguém que vive em um ambiente onde a língua portuguesa se esbarra com outras línguas, por sinal, as mais faladas do país, e nessa relação entre a língua portuguesa e as outras línguas nacionais a variedade do português de Moçambique se constrói. A dificuldade em falar a norma-padrão não é apenas do falante do português que vive nas zonas rurais de Moçambique, zona onde se fala mais as outras línguas nacionais do que o português e o onde o nível de escolarização da população é baixo se comparado com os habitantes dos centros urbanos. Mesmo para os falantes do português que vivem nos centros urbanos não falam o português de acordo com a norma-padrão, apesar de eles serem mais escolarizados do que aqueles que vivem nas zonas rurais. De acordo com Bagno, (2001, p. 81),

os falantes urbanos plenamente escolarizados não empregam a norma-padrão tradicional porque ela entra em choque o tempo todo com a intuição linguística; as regras que a norma-padrão cobra da gente não atendem mais às nossas necessidades e expectativas de comunicação, de interação verbal, de atividade social por meio da linguagem. A norma-padrão tradicional se transformou numa espécie de código secreto, que só é usado em situações extremamente formalizadas, quase rituais.

Muitos alunos moçambicanos ao chegarem à escola trazem consigo duas realidades: uma língua **bantu** que pode ser a sua língua materna ou a língua da comunidade em que eles vivem, e/ou uma língua portuguesa que não é a língua portuguesa ensinada na escola, porém, falada pela maioria dos falantes do português em Moçambique. O ensino das línguas moçambicanas acontece nas zonas rurais através do ensino bilíngue, mas o número de escolas, línguas e alunos envolvidos é ainda menor. A escola moçambicana ainda olha as línguas moçambicanas com preconceito, fruto da política linguística colonial herdada pelo Moçambique independente. A variedade moçambicana do português ainda não é reconhecida, portanto, a escola vai tratar qualquer forma de fala ou escrita que não estiver de acordo com a gramática normativa como erro ou desvio.

No que diz respeito ao ensino do léxico na escola, existem duas realidades que as escolas moçambicanas não podem fugir delas. Primeiro temos o léxico que chega à escola através de textos de escritores moçambicanos que retratam histórias e vivências do povo moçambicano, onde a presença do léxico do português de Moçambique e das línguas moçambicanas fazem parte da manifestação da moçambicanidade literária; exemplo: **nenecar** (colocar a criança no colo), **xipefo** (lamparina), **tchova-xitaduma** (carrinho de mão), todos os exemplos extraídos da obra **Estórias abençinhadas** do escritor moçambicano Mia Couto. Segundo, temos o léxico trazido pelos alunos que também fazem parte do português de Moçambique e das línguas moçambicanas. Estamos numa situação em que a norma-padrão se depara com a presença de outras variedades e de outras línguas no mesmo espaço, embora as outras variedades não sejam reconhecidas pela escola. A escola sempre rejeitou as línguas moçambicanas como instrumentos de comunicação dentro espaço escolar, e também rejeitou qualquer forma



de comunicação em língua portuguesa que não atendesse as diretrizes da gramática normativa.

O que a escola deve fazer diante dessa situação em que ela se depara com línguas moçambicanas e com outras variedades do português? A escola não deve ser um lugar de exclusão, deve ser um lugar de acolhimento quer das outras variedades do português, quer das outras línguas faladas em Moçambique. Agindo assim, a escola estará acolhendo o aluno, a sua língua, a sua cultura e sua comunidade que são pilares fundamentais na construção da identidade do aluno. O professor não deve rejeitar se, por exemplo, o aluno disser em sala de aula a seguinte frase: “vamos **soquilar** para a nossa festa” e não “vamos contribuir para a nossa festa”, a palavra **soquilar** não aparece nos dicionários de língua portuguesa, mas faz parte do vocabulário dos falantes de português em alguns lugares na província da Zambézia, principalmente na cidade de Quelimane. O professor não deve reprimir o aluno por usar a palavra **soquilar** ao invés de usar a palavra “contribuir”, o que o professor deve fazer é explicar ao aluno que a palavra **soquilar** tem origem na palavra **osokela** da língua **echuwabo**, que é a língua materna de muitos alunos, e ela também pode ser dita “contribuir/juntar”, no entanto, é mais adequado que os alunos usem a palavra “contribuir” ao escrever os seus textos em sala de aula ou quando estiverem redigindo algum documento para uma determinada instituição. O professor deve explicar que muitas palavras que alunos usam ao falar português e que não fazem parte do dicionário de língua portuguesa não significa que estas palavras estão erradas ou não devem ser usadas, devem, sim, mas em contextos diferentes. Com os alunos, o professor poderá fazer levantamento de outras palavras comumente usadas pelos alunos no seu dia-a-dia e mostrar os seus equivalentes no dicionário.

O professor e a escola devem ser o elo de ligação entre o que a escola ensina e o que o povo representado pelos alunos fala. A escola deve ser o trampolim e o ponto de transição entre a norma-padrão e a variedade do português de Moçambique que clama pelo seu reconhecimento e inserção na escola e outras instituições do estado, criando aproximação entre o que é falado e o que é ensinado pelas escolas, e o ensino do léxico do português de Moçambique no ensino básico deve ser a porta de entrada.

Para ensinar o léxico nas escolas moçambicanas é importante que o professor tenha consciência da situação sociolinguística do país e do meio em que a escola está inserida, e que tenha competência sociolinguística que lhe permita trabalhar com a variedade moçambicana da língua portuguesa, esse pormenor deve ser levado em conta durante a formação dos professores uma vez que, “a formação dos professores moçambicanos em termos linguísticos segue o ritmo moçambicano e não pode responder às exigências da norma-padrão europeia exigida pela élite e aos desavisados” (Timbane e Berlinck 2012, p. 209-2010). Nada impede que o aluno aprenda as lições em uma língua portuguesa flexível que ele mais domina e que tem a particularidade de coabitar pacificamente com outras línguas faladas pelos alunos. A escola deve ser um lugar de acolhimento das diferentes formas de fala dos alunos e não um centro de exclusão e repressão de tudo que não faça parte da norma-padrão europeia do português. Como diz Bagno, (1999, p. 16),



a variação linguística tem que ser objeto e objetivo do ensino da língua: uma educação linguística voltada para a construção da cidadania numa sociedade verdadeiramente democrática não pode desconsiderar que os modos de falar dos diferentes grupos sociais constituem elementos fundamentais da identidade cultural da comunidade e dos indivíduos particulares, e que denegrir ou condenar os seres humanos que a falam, como se fossem incapazes, deficientes ou menos inteligentes – é preciso mostrar, em sala de aula e fora dela, que a língua varia tanto quanto a sociedade varia, que existem muitas maneiras de dizer a mesma coisa e que todas correspondem a usos diferenciados e eficazes dos recursos que o idioma oferece a seus falantes; também é preciso evitar a prática distorcida de apresentar a variação como se ela existisse apenas nos meios rurais ou menos escolarizados como se também não houvesse variação (e mudança) linguística entre os falantes urbanos, socialmente prestigiados e altamente escolarizados, inclusive nos gêneros escritos mais monitorados.

Este é o caminho que deve ser percorrido ao ensinar o léxico no ensino básico e não só, em Moçambique, reconhecendo as diferentes formas de dizer uma determinada coisa, seja essa forma de dizer do português de Moçambique ou oriunda das outras línguas moçambicanas. Os empréstimos que o português em Moçambique faz das línguas **bantu** são na sua maioria lexicais, e sendo o léxico o nível que mais contribui para os referidos empréstimos, o ensino do léxico nas escolas moçambicanas não deve se dissociar dessa realidade tão patente e tão presente no dia-a-dia dos falantes de português em Moçambique.

5. Considerações finais

A língua portuguesa é a língua oficial de Moçambique. As escolas moçambicanas ensinam a norma-padrão europeia, uma variedade que não é a falada pela maioria do povo moçambicano que, devido à localização geográfica e ao contexto sociolinguístico do país, falam outra/s variedade/variedades do português que a escola não reconhece. O léxico é uma das áreas que mais se destaca quando se fala do português europeu e do português de Moçambique, muitos deles emprestados das línguas **bantu** moçambicanas que acabam por se fixar na variedade moçambicana do português.

A escola não deve ficar alheia a esta realidade procurando ensinar o léxico da língua portuguesa de uma forma dogmática sem olhar para as diferentes formas de dizer uma determinada coisa em Moçambique. É preciso que essas formas sejam acolhidas e ensinadas, abrindo caminho para uma inserção do aluno na escola e de todas as marcas identitárias que o caracterizam enquanto membro de uma comunidade de fala com suas particularidades linguísticas.

Referências

- ABDULA, R. A criatividade da língua portuguesa: estudo de moçambicanismos no português de Moçambique. *RILP – Revista Internacional em Língua Portuguesa*, IV Série, n. 32, 2017, p. 79 – 95
- ANTUNES, I. *O território das palavras: estudo do texto em sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BAGNO, M. *Preconceito linguístico*: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.
- BAGNO, M. Norma linguística e preconceito social: questões de terminologia. Juiz de Fora: *Veredas*, vol.5, n. 2, 2001, p. 71-83.
- CHIMBUTANE, F. *A estratégia do pronome resumptivo na formação de orações relativas restritivas de objecto directo e de oblíquo do português de Moçambique*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, (tese de Licenciatura). 1995.
- CHIMBUTANE, F. As estratégias resumptiva e cortadora na formação de orações relativas do português de Moçambique. In Perpétua Gonçalves (orgs) *Mudanças do português em Moçambique: Aquisição e formato de estruturas de subordinação*, . Maputo: Livraria Universitária, p.111-181, 1998.
- COUTO, M. *Estórias abençonhadas*. São Paulo: Companhia de Letras, 2012 [1994].
- DIAS, H. Os empréstimos lexicais das línguas bantu no português. *Actas do Simpósio Nacional sobre Língua Portuguesa em África*. Santarém: Escola Superior de Santarém, 1991
- DIAS, H. Línguas e mudanças sociais - algumas reflexões sobre o caso de Moçambique. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, vol. 8, 1993, p. 96-100.
- DIAS, H. *Minidicionário de moçambicanismos*. Maputo: Edição da Autora, 2002.
- DIAS, H. (orgs) *Português moçambicano: estudos e reflexões*. Maputo: Imprensa Universitária, 2009.
- DIAS, H. A norma padrão e as suas mudanças linguísticas na língua portuguesa nos meios de comunicação de massas em Moçambique. In DIAS H. (orgs) *Português moçambicano: estudos e reflexões*, . Maputo: Imprensa Universitária, p. 389-420, 2009.
- FARACO, C. A. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, M. (org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 37-61.
- FARACO, C.A; ZILLES, A.M. *Para conhecer norma linguística*. São Paulo: Contexto, 2017.
- FIRMINO, G. A nativização do português em Moçambique. In CARVALHO, C; CABRAL, J. De, P. (orgs) *A persistência da história: Passado e contemporaneidades em África*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 343-374, 2004.
- FIRMINO, G. Aspectos da nacionalização do português em Moçambique. *Veredas*, n. 9, 2008, p. 115-134.
- GONÇALVES, P. *A construção de uma gramática do português em Moçambique: Aspectos da estrutura argumental dos verbos*. Anexo – Corpus. Lisboa: Universidade de Lisboa, (tese de Doutoramento), 1990.



GONÇALVES, P. Aspectos da sintaxe do português de Moçambique. In FARIA, I. H; DUARTE, I; GOUVEIA, C; PEDRO, E. (orgs.) *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, p. 313-322, 1996.

GONÇALVES, P. *Português em Moçambique*: Uma variedade em formação. Maputo: Livraria Universitária e Faculdade de Letras da UEM, 1996.

GONÇALVES, P. (orgs). *Mudanças do português em Moçambique*: Aquisição e formato de estruturas de subordinação. Maputo: Livraria Universitária/Universidade Eduardo Mondlane, 1998.

GONÇALVES, P. Panorama geral do português de Moçambique. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, vol. 79, 2001, p. 977-990.

GONÇALVES, P; CHIMBUTANE, F. O papel das línguas bantu na géneze do português de Moçambique: O comportamento sintáctico de constituintes locativos e direcccionais. *Papia*, vol.14, 2004, p. 7-30.

GONÇALVES, P. Pesquisa sobre a géneze das variedades de línguas coloniais e instrumentos de análise: Uma aliança fertilizadora. In LOBO, M; COUTINHO, M. A. (orgs.) *XXII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 2007, p. 27-40

GONÇALVES, P. Contacto de línguas em Moçambique: Algumas reflexões sobre o papel das línguas bantu na formação do novo léxico do português. In LOBO T. et al.. (orgs) *ROSAE: Linguística histórica, história das línguas e outras histórias*, Salvador: EDUFBA, 2012, p. 401-405.

GONÇALVES, P. Aspetos morfossintáticos da gramática do Português de Moçambique: A concordância nominal e verbal / Morphosyntactic aspects of the grammar of mozambican portuguese: Nominal and verbal agreement. *Cuadernos de la ALFAL*, vol. 7, 2015a, p. 9-16.

GONÇALVES, P. Papel das línguas bantu na géneze do português de Moçambique. In GONÇALVES, P; CHIMBUTANE, F. (orgs) *Multilinguismo e multiculturalismo em Moçambique: Em direcção a uma coerência entre discurso e prática*. Maputo: Alcance Editores, p. 133-153, 2015c.

LOPES, J. De. S. M. Escola e política linguística em Moçambique: a cidadania ameaçada. Rio de Janeiro: *Teias*, vol 2, n. 3, 2001.

MENDES, I. *O léxico no português de Moçambique*: Aspectos neológicos e terminológicos. Maputo: Promédia. 2000.

MENDES, I. Neologia no português de Moçambique. Aprender juntos, Actas do IV Simposium de Língua Portuguesa. Diálogo entre culturas. *Revista da Escola Portuguesa de Moçambique - Centro de Ensino e Língua Portuguesa*, 2008. p. 10-11.

MENDES, I. *Da neologia ao dicionário. O caso do português de Moçambique*. Maputo: Texto Editores, 2010.

OLIVEIRA, A. M. P. P. Regionalismos brasileiros: a questão da distribuição geográfica. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2001.

PONTES, Antônio Luciano. *Dicionário para uso escolar: o que é como se lê*. Fortaleza: EdUECE, 2009.



SÁ, Edmilson José de Sá. O léxico na região Nordeste: questões diatópicas. *ReVEL*, vol. 9, n. 17, 2011. Disponível em: www.revel.inf.br. Acesso em: 22/05/2021.

SORBA, J. C. D.; ISQUERDO, A. N: Variantes para papagaio de papel: uma pesquisa geolinguística. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS SOBRE LINGUAGEM E SIGNIFICAÇÃO .2006.

TIMBANE, A. A. e BERLINCK, R. De A. A norma-padrão europeia e a mudança linguística na escola moçambicana. Niterói: *Gragoatá*, Vol.1, n. 32, 2012, p. 207-226.

TIMBANE, A. A. Os estrangeirismos e os empréstimos no português de Moçambique. Campinas: *Revista Cadernos de Estudos Linguísticos (UNICAMP)*, v. 54, 2012, p. 289-304

TIMBANE, A. A. A variação linguística e o ensino do português em Moçambique. Rio de Janeiro: *Revista Confluência*, v. 1, 2013, p. 2353-4153.

TIMBANE, A. A. e ABDULA, R. A lexicultura na literatura e no ensino da língua portuguesa em Moçambique. *Interfaces*, vol. 27 n. 3, 2016, p. 25-39.

TIMBANE, A. A. A variação linguística do português moçambicano: uma análise sociolinguística da variedade em uso. *RILP – Revista Internacional em Língua Portuguesa*, IV Série, n. 32, 2017, p. 19-38.

